

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER EM MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Ana Carolina Martini Silva (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Fernando Augusto Starepravo (Orientador), e-mail: fernando.starepravo@hotmail.com.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências da Saúde/Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento conforme tabela do [CNPq/CAPES](#): Ciências da Saúde / Educação Física

**Palavras-chave:** Políticas públicas, esporte, lazer.

### Resumo:

O projeto objetivou analisar as políticas públicas de esporte e lazer em municípios do estado do Paraná. A partir de um banco de dados com 79 municípios do estado do Paraná, e considerando os critérios de inclusão elencamos os municípios de Cianorte e Campo Mourão como lócus da pesquisa. Foi realizada uma imersão de 1 semana em cada município e foram utilizados como instrumentos para a coleta de dados: levantamento documental dos documentos da secretaria municipal de esporte e lazer; entrevistas com secretários municipais de esporte e lazer; entrevistas com agentes públicos vinculados à secretaria municipal de esporte e lazer; observações e diários de campo. Alguns pontos ao decorrer da pesquisa merecem destaque, como a colaboração entre secretarias do município e entre órgão público e instituição privada, para conseguirem atender um maior público mesmo com um baixo orçamento, é perceptível o esforço dos órgãos para fazer mais com menos. Podemos concluir então, que a gestão pública nos municípios visitados é considerável e possui um bom desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer, mas alguns pontos precisam ser melhorados, como melhoras na comunicação com a população, análises mais severas das políticas desenvolvidas pelos órgãos, maior frequência na realização dos diagnósticos das estruturas esportivas e mais investimento no esporte social.

### Introdução

Durante os últimos anos o Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer (GEPPOL/UEM), o qual é coordenado pelo proponente deste projeto, vem desenvolvendo o projeto de pesquisa intitulado "Análise dos Agentes Públicos do Sistema Nacional do Esporte", apoiado pelo CNPq pela "Chamada ME/CNPq 091/2013". Até o momento pudemos levantar, por meio da pesquisa de campo em 79 municípios do estado do Paraná (20% do total), um panorama geral sobre as políticas públicas de esporte e lazer e os agentes públicos de esporte e lazer nos municípios do estado.

Tal panorama tem mostrado algumas realidades municipais destacadas no campo do esporte e lazer que desencadearam o interesse por uma inserção mais prolongada em campo com o intuito de possibilitar o entendimento aprofundado sobre as dinâmicas políticas municipais para o esporte e lazer. Passamos a desenvolver então, novo projeto de pesquisa "Análise das políticas públicas

municipais de esporte e lazer no estado do Paraná”, financiado pela Chamada MCTI/CNPq N° 01/2016 – Universal.

O esporte e o lazer são direitos garantidos pela Constituição Federal do Brasil de 1988. Afirma o texto constitucional em seu Art. 6º: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" (BRASIL, 1988, grifos nossos), e em seu Art. 217 que "É dever do Estado, fomentar práticas esportivas formais e não-formais, como direito de cada um" (BRASIL, 1988).

Entendendo o esporte e o lazer como direitos e objeto de política pública, nos remete pensar na gestão realizada para o desenvolvimento das ações do campo esportivo municipal, vez que são estas as que apresentam condições de beneficiar mais diretamente as populações específicas, de maneira descentralizada.

Nesse sentido, o presente projeto de pesquisa visou aprofundar a análise de políticas públicas de esporte e lazer em municípios do estado do Paraná visitados durante o desenvolvimento do projeto "Análise dos Agentes Públicos do Sistema Nacional do Esporte", com identificação das dimensões policy (programas, projetos, eventos, ações em geral), polity (instituições e estrutura burocrática, seleção, formação e atuação de agentes político-administrativos, etc.) e politics (ajustes, modos de ação na construção das políticas, recursos financeiros, participação popular, descentralização, intersetorialidade, etc.), conforme classificação apresentada por Frey (2000).

### **Materiais e métodos**

Trata-se de uma pesquisa descritiva direta. A partir do banco de dados do projeto "Análise dos Agentes Públicos do Sistema Nacional do Esporte" (constituído pelos dados de 79 municípios de todas as mesorregiões do estado do Paraná) selecionamos 2 municípios que atendessem aos seguintes critérios: [1] possuir estrutura burocrática de esporte e lazer própria e funcional; [2] quadro de agentes compatível com a efetivação de políticas públicas de esporte e lazer; [3] efetivação de políticas públicas nas três dimensões (participação, educacional e rendimento); [4] realização de programas de lazer para os diferentes públicos; [5] realização de práticas democráticas de construção popular do programa de governo de esporte e lazer; [6] estar geograficamente localizado nas mesorregiões Centro Ocidental Paranaense ou Mesorregião do Noroeste Paranaense do Paraná. A partir dos critérios mencionados chegamos aos municípios de Cianorte e Campo Mourão como lócus da pesquisa. Realizamos uma imersão de 1 semana em cada município e utilizamos como instrumentos para a coleta de dados: levantamento documental dos documentos da secretaria municipal de esporte e lazer; entrevistas com secretários municipais de esporte e lazer; entrevistas como agentes públicos vinculados à secretaria municipal de esporte e lazer; observações e diários de campo.

### **Resultados e Discussão**

A Fundação de Esporte de Campo Mourão foi criada em 1988 e continua dividida em três departamentos: o administrativo financeiro, o técnico e o de eventos, cada um com seu diretor.

Quanto aos recursos orçamentários, na LOA dos últimos dez anos o orçamento caiu devido a uma dívida do município, cerca de 40 milhões, e para pagar as contas o dinheiro deve ser tirado de algum lugar, infelizmente tiraram mais do esporte.

Para o esporte de rendimento a verba é de 1,3 milhões, já para o esporte social, cerca de 30 mil é destinado para cada polo, para cada escolinha, o secretário nos informou que existem pelo menos 40 escolinhas voltadas para o esporte social.

A fundação realiza transferências de recursos para outras instituições, as associações, pela lei de incentivo. Ela também recebe recursos orçamentários de outros órgãos do poder público, mas não diretamente, ocorre através de licitações de outros órgãos. Outro recurso direcionado para a fundação seria o advindo da piscina deles, que é cobrada, onde há a prática de natação e hidroginástica.

Algumas parcerias com entidades privadas também existem, com o Sesi, Senai, Sesc e Senac. Essas parcerias se resumem a troca de favores, utilização de espaço e equipamento e compartilhamento de profissionais, e ocorrem com muita frequência.

Quando o secretário assumiu seu cargo na fundação, um diagnóstico sobre a estrutura dos espaços foi feito e desde então eles tentam melhorar o que for possível. A fundação conta com os seguintes espaços: 5 ginásios, 2 estádios, 1 complexo aquático, 1 complexo esportivo, 1 quadra descoberta, 1 piscina, 4 campos de futebol, 1 pista de skate e 1 cancha de bocha anexada ao ginásio. Hoje, as modalidades mais praticadas em Campo Mourão são: futsal, basquete e handebol.

De acordo com o secretário, o sucesso do desenvolvimento das políticas públicas é devido à gestão, você fazer mais com menos recurso. Isso é uma característica de Campo Mourão, a lei é um fator que segura as ações, e agora a gente tá conseguindo potencializar, porque antes ela era direcionada só para o rendimento. Hoje a gente consegue abrir o leque para o esporte social, você consegue atuar em mais locais enquanto fundação, sem disponibilizar mais recurso, esse é um grande ponto da lei da política pública.

De acordo com o Sr. Gestor, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Cianorte permanece sem grandes alterações desde a sua criação em 1996. É dividida em três setores: departamento de compras e documentação esportiva, departamento técnico e um departamento de projetos. Esses setores são coordenados por responsáveis técnicos de cada área, não tem a presença de diretores.

Quanto as políticas voltadas para o esporte, o gestor citou a Lei do bolsa atleta, criada em 2018, semelhante ao bolsa atleta estadual e federal. O valor da bolsa varia por atleta, todos da mesma categoria recebem o mesmo valor. Quanto à seleção de atletas, existem vários critérios a serem levados em consideração, como a participação do atleta nas competições do município, do estado e do país, se ele venceu ou não, colocação, entre outros. A lei partiu da secretaria e já atendeu a 86 atletas no ano passado, a previsão é de que este ano cerca de 130 atletas sejam contemplados com a bolsa.

Nos últimos anos é perceptível um aumento no orçamento da secretaria, mas de acordo com o gestor esse aumento ocorreu devido á uma emenda parlamentar, o Roman liberou 900 mil para a construção de uma piscina, esse dinheiro vem do governo federal. A opinião do gestor sobre o recurso que ele tem para gerir é de que poderia ser um valor maior, mas com o valor atual já é possível trabalhar bem se aplicado corretamente.

Se tratando da divisão do esporte de elite e do esporte social, o foco da secretaria é o social, apenas cerca de 1 a 2% do orçamento vai para o esporte de rendimento. O rendimento é utilizado mais para incentivar as crianças, o foco da secretaria é formar cidadão, eventualmente um ou outro atleta é formado.

A secretaria não repassa nenhum dinheiro pra nenhuma associação, mas ela ajuda todas as modalidades esportivas quanto ao pagamento das federações, inscrições, transporte, entre outros.

Outros recursos não citados anteriormente recebidos pela secretaria seria um repasse de aproximadamente 82 mil da Lei Pelé, em 2018, e o aluguel de algumas quadras, porém este aluguel não vai direto para a secretaria, vai para o município.

O município possui ginásios, campos de futebol suíço e campos de grama sintética com os horários praticamente lotados pois a procura da prática esportiva pela população é alta. Nos ginásios várias modalidades são praticadas: o voleibol, o basquete, o futsal, patinação, o clube de corrida também utiliza o espaço, os grupos de ciclismo e também a escolinha de skate. Muitos dos professores e treinadores desses grupos que utilizam o ginásio não fazem parte da secretaria, alguns são voluntários que em troca recebem algum tipo de auxílio da prefeitura.

No total, o município conta com 1 estádio, 8 ginásios, 7 campos, 2 ciclovias, 4 pistas de caminhada/corrida, 1 pista de atletismo, 1 pista de skate/patins, 6 quadras de areia, 2 canchas de bocha, 6 campos de futebol, 4 campos society, 6 quadras de malha e 1 sala de lutas. Entre as modalidades mais praticadas pela população de Cianorte está o futsal, o futebol, o ciclismo, a corrida de rua e o vôlei. Mas as modalidades prioritárias da secretaria são: o futsal, o futebol, o atletismo, o esporte adaptado para terceira idade e as lutas.

## Conclusões

Podemos concluir então, que a gestão pública nos municípios visitados é considerável e possui um bom desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer, mas alguns pontos precisam ser melhorados. Propõem-se então, melhoras na comunicação com a população, análises mais severas das políticas desenvolvidas pelo órgão, maior frequência na realização dos diagnósticos das estruturas esportivas e mais investimento no esporte social.

## Agradecimentos

Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela disponibilização de bolsa de estudos.

## Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 1, n. 21, p. 211-259, 2000.